

Observatório Nacional de Educação Especial – Estudo em rede nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns: o olhar para o município de Serra

SILVA, Merislândia Paula
merislandia.pedagogia@gmail.com
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo/CAPES

Resumo: Este texto evidencia as ações das professoras das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), suas formas de trabalho com alunos indicados à Educação Especial do município de Serra/ES, demonstrada no encontro do Observatório Nacional de Educação Especial do Espírito Santo (Oneesp/ES). As professoras foram desafiadas a elaborar um plano de trabalho visando a sistematização dos trabalhos realizados nas SRMs, tendo a oportunidade de apresentar essa ação nos últimos encontros do Oneesp/ES, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo. Trata-se de pesquisa do tipo colaborativa que tem como foco produzir simultaneamente conhecimento e formação. No movimento de nossas reflexões, utilizamos como base teórica Boaventura de Sousa Santos por acreditarmos que ele nos ajuda a firmar um diálogo crítico e reflexivo com novas realidades e os sujeitos que constituem a sociedade contemporânea. Nosso propósito de investigação se deu em tornar público a constituição, os movimentos e a ordenação feita pelas professoras das SRMs em seu lócus de trabalho. Ao analisarmos as apresentações, verificamos que as professoras estão caminhando para a execução de suas ações buscando alternativas para melhorar os processos de alfabetização dos sujeitos com indicativos à Educação Especial.

Palavras-Chave: Atendimento Educacional Especializado. Salas de recursos multifuncionais. Formação continuada.

Introdução

Pensando na possibilidade de juntos produzirmos reflexões críticas com os profissionais da Educação sobre o processo de escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, temos nos constituído como um grupo de pesquisa que busca colocar em pauta ações colaborativas entre professores e pesquisadores.

Atualmente, temos direcionado atenções para o estudo denominado *Observatório Nacional de Educação Especial (Oneesp)* que tem se constituído por meio de uma rede cooperativa de pesquisa envolvendo 25 pesquisadores de 16 estados brasileiros que se propuseram a conduzir um estudo em rede envolvendo estudos locais com professores de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs).

No contexto capixaba, o estudo recebeu a denominação de Oneesp/ES e envolveu 10 redes municipais de ensino. Cinco estão localizadas na região metropolitana (Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari). Outras cinco estão localizadas na região norte do estado (Nova Venécia, São Mateus, Linhares, Sooretama e Rio Bananal).

A opção por essas redes de ensino também sofreu influência do lócus de atuação das professoras coordenadoras do projeto no contexto capixaba, já que duas atuam como docentes e pesquisadoras na sede da Universidade Federal do Espírito Santo e uma no Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), também pertencente à UFES.

No contexto capixaba, o processo de pesquisa/formação envolveu em média 139 professores atuantes em SRMs na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nos encontros, o grupo tinha a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a política de atendimento educacional especializado, bem como externar suas ações, tentativas, dúvidas, dificuldades e conflitos na oferta desses serviços.

No transcorrer dos encontros, ganhavam destaque, nos discursos dos participantes, as dificuldades de se fazer materializar as ações da Educação Especial na escola. Muitas vezes, tais discursos pareciam sinalizar a inexistência de ações instituídas e movimentos significativos.

Como forma de aguçar os participantes da pesquisa/formação sobre o fato de evidenciarem as lacunas e dificuldades de atendimento aos alunos, foram levantados alguns questionamentos: “Vocês estão dizendo que não há sentido o trabalho da Educação Especial na escola” ou “O que vocês querem dizer é que vocês nada fazem ou os trabalhos de vocês não fazem diferença no ambiente escolar”.

Os professores puderam refletir sobre o impacto de seus discursos, sinalizando: “Não é bem assim. As coisas acontecem. Fazemos movimentos. Há também significativos trabalhos na escola”. Assim, puderam perceber a importância de se lançar um olhar reflexivo e crítico sobre a Educação Especial de forma a trazer para o debate as tentativas e possibilidades existentes, bem como os desafios que também emergem.

A partir do contexto apresentado, os professores foram desafiados a elaborar um plano de trabalho visando a sistematização dos trabalhos realizados nas SRMs, tendo a oportunidade de apresentar essa ação nos últimos encontros do Oneesp/ES.

O município em questão é territorialmente grande e, de acordo com o Censo Populacional do IBGE de 2010, tem 409.324 habitantes, ocupando o posto de segundo município mais populoso do estado e o primeiro da Grande Vitória. Desta forma, teve que se reestruturar para responder às necessidades de aprendizagem de todos os alunos, inclusive aqueles com indicativos à Educação Especial.

Atualmente, o município de Serra conta com 30 SRMs, sendo todas localizadas em unidades municipais de Ensino Fundamental. Participaram dos encontros do Oneesp/ES 16 pessoas do município de Serra, divididas em 13 professores das SRMs e 3 profissionais em atuação na Secretaria Municipal de Educação, todos do sexo feminino.

Objetivos

O objetivo deste texto é evidenciar as ações que foram apresentadas por professoras das SRMs sobre suas formas de trabalho com alunos indicados à Educação Especial do município de Serra/ES no encontro do Oneesp/ES.

Apreender sobre as possibilidades e os limites das SRMs do município de Serra como sistema de apoio à escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tendo em vista identificar aspectos que possam potencializar o AEE oferecido nas SRMs.

A pesquisa teve como foco uma avaliação da implantação do programa de SRMs do município de Serra.

Buscando responder a duas questões centrais:

a) Em que medida este tipo de serviço tem servido para apoiar a escolarização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais?

b) Que possibilidades e limites as SRMs oferecem?

Nessa perspectiva o estudo busca responder as questões acima propostas, considerando os diálogos estabelecidos em grupos focais no município da Serra.

Metodologia

Nosso olhar irá se direcionou para a realidade do município de Serra permitindo assim o adensamento local nessa rede municipal no contexto da pesquisa nacional. Desta forma os resultados se integram ao projeto OBSERVATÓRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ESTUDO EM REDE NACIONAL SOBRE AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NAS ESCOLAS COMUNS: O CASO DE VITÓRIA E SERRA/ES coordenado pela professora Denise Meyrelles de Jesus.

Optou-se pela pesquisa do tipo colaborativa que segundo Lieberman (apud MENDES, 2010), significa fazer pesquisa *com* os professores e não *sobre* eles. Tal movimento também busca inspiração e fundamentação nos pressupostos da pesquisa-ação.

De acordo com Mendes (2011), existem várias correntes de pesquisa - pesquisa-ação: pesquisa-ação-colaborativa, pesquisa participante, pesquisa em parceria, dentre outras – tendo elas o pressuposto de se fazer pesquisa “com” os professores e não “sobre” os professores. Todas as correntes reconhecem as competências e responsabilidades que os professores têm como autores do contexto escolar.

Para tal coletamos e sistematizamos informações sobre o município de Serra para, de forma colaborativa, empreender esforços no sentido de formação dos profissionais que atuam nas SRMs. Os trabalhos foram realizados mediante a organização de grupos de trabalhos coletivos em que utilizamos a metodologia dos grupos focais (GATTI, 2005), os quais podem propiciar um movimento de desenvolvimento/engajamento de seus membros. Numa perspectiva da reflexão-ação-reflexão, a dinâmica do próprio grupo pode ser desencadeadora de ideias diferentes das opiniões individuais; propiciando uma rede de interações mais aprofundadas em eixos teóricos que sustentem as questões suscitadas na/pela prática. As discussões foram áudio-gravadas e, também, registradas pelos participantes do grupo.

Trabalhou-se também com índices educacionais disponíveis nos sítios do MEC-INEP e do Censo de 2010 referentes aos municípios que contemplam o estudo. Os encontros da região metropolitana aconteceram nas dependências da Universidade Federal do Espírito Santo no período de março a dezembro de 2012, com carga horária de 80 horas.

Neste período, os temas que deram sustentação aos encontros foram:

- 1º Encontro - Apresentação e delineamento da pesquisa
- 2º /4º Encontro - Formação de professores para Inclusão Escolar.
- 5º/7º Encontro - Avaliação do estudante com necessidades educacionais especiais.

- 8º/10º Encontro - Organização do ensino nas salas de recursos multifuncionais e classes comuns.
- 11º Encontro - Avaliação geral (encontro coletivo em dezembro de 2012)

Os encontros presenciais se constituíram em quatro horas mensais, sendo realizados uma vez por mês. Foram encontros reflexivos em que procuramos envolver os professores em uma formação que problematizasse suas práticas procurando por novas possibilidades de ação e encaminhamentos para a oferta do AEE. No último encontro regional, os professores fizeram a apresentação das formas de trabalho realizado nas SRMs para todo o grupo de seu município.

Resultados e discussões

Ao ler as apresentações das professoras das SRMs do município da Serra/ES, objetivamos detectar semelhanças e diferenças. Buscamos ter clareza, fazendo perguntas: Quais são suas formas de trabalho? Como o realizam? O que é comum? O que não é comum?

Assim, a partir dessas apresentações, encontramos temas norteadores para este estudo que são: organização das SRMs e do AEE; identificação dos sujeitos; planejamento; trabalho colaborativo e AEE: articulação do AEE com a sala de aula comum; atividade feita com os alunos; avaliação; e envolvimento das famílias.

Um primeiro movimento diz respeito aos esforços da rede municipal de Serra - ES para fazer funcionar as salas de recursos multifuncionais. Na pesquisa são evidenciados os diálogos firmados entre os profissionais da Secretaria de Educação e os dirigentes escolares para a disponibilização de espaços na escola para a instalação das salas, bem como conscientização dos profissionais das unidades de ensino e familiares dos alunos acerca da política de atendimento educacional especializado.

Foram promovidos levantamento do número de alunos matriculados em cada unidade de ensino para contratação de profissionais e constituição de agendas de atendimento aos alunos.

Com a organização das SRMs e do AEE, no município pesquisado, o trabalho das professoras se efetiva por meio de duas vias: AEE e trabalho colaborativo. As professoras, em seu horário de trabalho, realizam o trabalho colaborativo (em sala de aula comum) com os professores regentes visando o ensino-aprendizagem dos alunos indicados para a Educação do

turno regular de matrícula. Realizam, também, o AEE com os alunos do contraturno na sala de recursos multifuncionais.

Por exemplo, os alunos do matutino recebem o apoio de uma professora de Educação Especial, quando esta realiza o trabalho colaborativo. Este mesmo aluno, volta à escola, no contraturno (vespertino,) sendo atendido, no AEE, por outra docente especializada. Assim, se há movimentos significativos quanto a organização das SRMs e do AEE, um desafio se apresenta quando emerge a necessidade de articular as ações desenvolvidas no turno e no contraturno de matrícula na escola.

[...] percebo ausência de comunicação entre professor do AEE e classes comuns, pois atuam em turnos contrários (PROFESSORA 5).

[...] Faço o AEE no vespertino e colaborativo também neste turno (PROFESSORA 6).

[...] O AEE e colaborativo acontecem no mesmo turno (PROFESSORA 7).

Os atendimentos no AEE acontecem duas vezes por semana com duração de aproximadamente 01h30min. Sobre o tempo de trabalho no atendimento colaborativo, no geral, não foi possível identificar, exceto uma das professoras que diz fazer o colaborativo 1h por semana. A frequência desses sujeitos na escola, tanto no ensino comum quanto nas SRMs, é regular, excetuando-se, apenas, um ou outro caso que, por motivos de doença, se ausentam.

Eles não faltam mesmo nos dias em que, segundo a família, vão a APAE. Voltam cansados, e mesmo assim, insistem para que a família traga-os à escola (PROFESSORA 9.)

Os meninos só faltam quando estão doentes. São assíduos tanto na escola quanto no AEE (PROFESSORA 7).

Podemos perceber a importância da escola para esses sujeitos. Assim, para que exista qualidade nos processos de escolarização fazem-se necessárias articulações. Algumas professoras dizem fazer o cronograma de seus horários de atendimento. Deixam esses horários afixados na escola. A nosso ver, tal fato mostra-se muito positivo, pois, desta forma, o professor da sala comum pode deixar para explicar determinados conteúdos quando tiver acompanhado pelo professor no trabalho colaborativo.

Verifica-se que o atendimento na SRMs é individualizado. Vez ou outra, uma professora apresenta uma maior demanda de atendimentos. Neste caso, o AEE é feito de forma coletiva. Sobre tal situação nos fala a docente:

[...] o atendimento é sempre coletivo, a agenda é organizada de forma a garantir o atendimento semanal, mas coletivamente (PROFESSORA 9).

Sobre os sujeitos atendidos nas SRMs percebemos que são alunos com diferentes percursos de escolarização, principalmente quando relacionada a idade, a série e a questão da alfabetização.

São atendidos 02 alunos com déficit intelectual. [...]. Existe uma proposta de alfabetização [...] (reconhecer o alfabeto, distinguir fonemas, formar palavras, atribuir significado, etc.) (PROFESSORA 1).

16 anos não alfabetizado está na 4º ano escola regular. 16 anos tem nível de 4º ano, matriculado na 8ª série na escola regular. 15 anos nível de 6ª série, matriculado na 6ª série na escola regular. Temos dois alunos não alfabetizados de 08 anos - 1º e 2º anos respectivamente. 12 anos em processo de alfabetização, está na 4ª série na escola regular. 12 anos alfabetizado, o seu nível no AEE é 4ª série, está matriculado na escola regular na 6ª série (PROFESSORA 2).

Frequenta a 7ª e outro na 5ª série do mesmo turno. Tem alunos que ainda não lêem, mas reconhecem o alfabeto, fazendo distinção fonêmica, formando pequenas palavras de um vocabulário restrito. Formam pequenas sentenças. Têm assimilado alguns conteúdos dados na sala de aula regular. Conservam quantidade e números, sequenciam. Fazem operações simples com conceitos de somar e diminuir (PROFESSORA 1).

4ª série, 12 anos, leitura e escrita com letra cursiva. EJA, 22 anos, alfabetizada em Braille. Cursa a 3ª série, 12 anos, processo de alfabetização em Braille. Cursa a 3ª série, 12 anos, alfabetizada, mas tem dificuldade na compreensão da fala e escrita. Cursa o 1º ano, 7 anos, está em processo de alfabetização. Cursa a 3ª série, 11 anos, processo de alfabetização (PROFESSORA 4).

Vejam: os alunos com indicativos à Educação Especial que as professoras colocaram em suas apresentações, a maioria ainda não são alfabetizados ou está em processo inicial de aquisição da leitura e da escrita. Pode-se perceber no geral que estão defasados em relação à idade/série.

Outra professora justifica a não alfabetização evidenciando os gargalos presentes no processo. Assim, o conjunto dessas falas nos permite advogar pela aposta na educabilidade dos sujeitos, pelos investimentos na formação continuada dos professores para aprofundamento teórico-prático sobre as questões da alfabetização e a constituição de redes de apoio para a sala de aula comum, com a garantia de planejamento e articulações pedagógicas visando a aprendizagem de todos os alunos.

Muitos professores, quando enfatizam a alfabetização, têm diversas formas de argumentação.

[...] existe proposta de alfabetização. [...] na gramática trabalhamos no reconhecimento do alfabeto, distinção de fonemas, formação de palavras, atribuição de significado, etc. Na matemática trabalhamos as operações

básicas (adição e subtração) e noções de multiplicação e divisão, ordenar, sequenciar, etc. (PROFESSORA 1).

As tentativas de alfabetização vêm acontecendo, pois a maioria dos professores fala em alfabetização, mas foi comum nas apresentações falar de alfabetização sem falar em como ensinam os alunos a ler e a escrever. Citam os suportes que usam para preparar o aluno para que ele venha a ter contato com o currículo prescrito - o currículo que abrange os conteúdos na sala de aula comum da escola regular. Assim seguem:

Desenvolvimento da linguagem oral e alfabetização com os recursos: CD Rom com jogos de alfabetização e raciocínio; Jogos como bingo de sílabas, letras e números; Interpretação de histórias; leitura e escrita de palavras e frases (PROFESSORA 3).

[...] outros temas abordados na sala regular também são trabalhados na SRM (identidade, espaço, tempo, localização, etc.). Para isso utilizamos jogos no computador (memória, formação de palavras, etc.), jogos para identificação de letras e palavras (dominó, quebra-cabeças, etc.), atividades motoras com o circuito motor, o alinhavo; atividades matemáticas com o material dourado e ábaco. Desenho e imaginação e vocabulário são bastante trabalhados com histórias e pequenos textos (PROFESSORA 1).

Para além da alfabetização, no geral, todas as professoras enfatizam a importância de desenvolver a autonomia dos alunos.

Convívio em grupo e participação de atividades coletivas para resolver conflitos do cotidiano; saber respeitar e ser respeitado; alimentar e usar o banheiro de maneira independente; Autonomia (PROFESSORA 3).

Atividades de vida diária: compreender a necessidade e realizá-las, ex. escovar os dentes, pentear os cabelos, lavar as mãos; Coordenação motora grossa: jogar e pegar, dançar, movimentar os braços e pernas, etc. podendo utilizar bola, outros objetos; Conceitos simples lógicos matemáticos: dentro/fora, alto/baixo (PROFESSORA 6).

Como forma de potencializar as aprendizagens dos alunos, os professores evidenciam que a rede de ensino municipal de Serra – ES garante espaços para planejamento e formação continuada na escola. Nessas oportunidades, as professoras de Educação Especial apontam a importância do planejamento, tanto para a realização do trabalho articulado quanto para a oferta do AEE, sinalizando que:

O planejamento é realizado com professores, das SRMs e classe comum, e pedagogos no trabalho colaborativo. (PROFESSORA 5)

O planejamento com professores da sala comum é realizado quinzenalmente; com a pedagoga também quinzenalmente, porém em dias alternados com primeiro planejamento. (PROFESSORA 8)

Merece destaque, nas apresentações, o fato de uma das professoras realizar um plano de ação individual, elaborado no início do ano letivo, de acordo com as necessidades de cada aluno (PROFESSORA 4). Outro destaque emerge quando outra professora enfatiza “[...] existe uma proposta pedagógica para cada aluno atendido, onde consta, demandas e ações a serem trabalhadas anualmente” (PROFESSORA 1).

São ações que viabilizam a aprendizagem destes sujeitos e que poderiam servir de paradigmas para as demais escolas e professoras. Com esses planos de trabalho, os profissionais da escola podem acompanhar o desenvolvimento e as necessidades dos estudantes, potencializando o processo ensino-aprendizagem no ambiente escolar.

Esses movimentos nos levam a concordar com Santos (2007, p.20) quando enfatiza que “[...] não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas”. Na escola há professores e pedagogos formados para sistematizar as ações pedagógicas realizadas com os alunos. Precisamos construir um pensamento alternativo para que essas ações se traduzam, ou seja, se encontrem, potencializando, assim, o crescimento dos alunos.

Necessitamos pensar em meios para que as ações que podem enriquecer o processo de alfabetização dos alunos com indicativos à Educação Especial sejam colocadas efetivamente no cotidiano de todas as escolas.

As apresentações das professoras estavam carregadas de sinais, pistas, latências e possibilidades que existem no presente e que são sinais de futuro. Como diria Santos (2007, p. 37) “[...] são embriões, coisas não muito visíveis [...]”, mas que podem se tornar ações capazes de contribuir para o fortalecimento do direito à Educação para todos os alunos, principalmente para aqueles que demandam de atenções diferenciadas.

Outra articulação que se faz necessário no espaço escola é a articulação entre o AEE e a sala de aula comum. Segundo as apresentações das professoras das SRMs, parece-nos que não existe a articulação necessária para o bom desenvolvimento dos alunos das SRMs com a sala de aula comum e vice-versa.

Há pouca relação entre o currículo da classe comum e o do AEE (PROFESSORA 3).

Os trabalhos e as atividades são realizados de acordo com o plano de aula da classe comum, onde o próprio aluno transfere para o professor do AEE (PROFESSORA 5).

Articulação entre o atendimento aos alunos do contraturno e seus professores de sala regular, quase não existe, a não ser quando é utilizada um caderno para comunicação entre os turnos (PROFESSORA 1).

As professoras não contam com tempo de trabalho suficiente, em sua carga horária, para voltar ao contraturno para acompanhar os trabalhos realizados com esses sujeitos. Parece-nos que, mesmo não tendo muita articulação com os professores do turno inverso, as professoras buscam alternativas como, por exemplo, a confecção de cadernos de comunicação visando amenizar a falta de contanto.

Tal ação poderia ser implantada no município em todas as escolas, pois pode viabilizar a articulação do currículo comum praticado na sala de aula com as ações especializadas desenvolvidas nas salas de recursos multifuncionais.

Não deixemos esta realidade ser contraída pela razão metonímica (SANTOS, 2007), pois a criação deste caderno possibilita a relação entre os professores envolvidos com o aluno. É uma ação que ajuda na execução, elaboração e planejamento dos diversos segmentos dos processos de escolarização do aluno indicado à Educação Especial.

Concordamos com Manzini (2011), quando sugere a importância de visitarmos, constantemente, as orientações legais para a oferta do AEE. A legislação educacional brasileira determina que a elaboração e execução do plano de AEE são competências dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais ou centros de AEE, bem como dos demais professores do ensino comum regular, incluindo os setores e os serviços necessários ao atendimento. É preciso promover diálogos entre esses diferentes profissionais. Neste contexto, os desafios emergem. Parece-nos que os professores vêm buscando por alternativas para minimizar a inexistência de articulações, como o caderno de comunicação apresentado pela professora.

Outra ação que merece destaque o desenvolvimento de projetos pedagógicos visando a criação de alternativas para que o aluno seja envolvido nas atividades da sala de aula comum e no AEE. Segundo uma professora, em articulação com a professora regente, foi possível elaborar o projeto “Joaninhas”. Com isso, contaram histórias para os alunos e trabalharam em conjunto com a turma atividades de interpretação, produção textual, dobradura e recorte e colagem.

Segundo Manzini (2011), o professor do ensino comum faz parte do grupo de profissionais responsáveis pelo atendimento aos alunos com indicativo à Educação Especial. Desta forma, faz-se necessário envolvê-los e responsabilizá-los, também pelas aprendizagens do aluno, garantindo mediações colaborativas com os professores das SRMs.

Trazendo as contribuições de Santos (2007) para o debate, percebemos que o movimento explicitado é uma articulação que permite ao aluno não ser invisibilizado na

escola. Tais articulações se configuram como essenciais tanto para o trabalho dos professores de ensino comum como para os que atuam nas SRMs. O diálogo é necessário para que todos se sintam responsáveis pela escolarização dos alunos.

Depois de pensarmos a relação entre os professores das salas de aula comum e SRMs, é pertinente analisarmos como vem acontecendo a avaliação da aprendizagem. Três professoras apresentam uma ficha descritiva da avaliação da aprendizagem discente. Neste contexto, uma professora sente-se motivada a argumentar sobre sua forma de avaliar.

Processo contínuo e processual, geralmente, limitado ao AEE no seu turno de funcionamento. Todo final de trimestre a professora especialista produz relatório descritivo de desenvolvimento do aluno(a). Este relatório é socializado no Conselho de Classe no turno em que o aluno(a) encontra-se matriculado, através da professora especialista do contraturno. Há também a avaliação por meio de acompanhamento do trabalho realizado, infraestrutura e materiais utilizados feito pela Equipe da Educação Especial/SEDU/SERRA (PROFESSORA 8).

Podemos inferir que é preciso potencializar as discussões sobre avaliação nos processos de formação inicial e continuada de professores. Há lacunas desses de como avaliar nos alunos de maneira prospectiva na formação e atuação docente. Muitas vezes, a avaliação recai sobre o aluno. Não se relaciona o desenvolvimento do aluno às práticas pedagógicas e à atuação dos professores. A avaliação é um processo que precisa ser revisto visando a necessidade de melhorias no atendimento aos alunos.

Acredito que falte uma proposta de avaliação, permanente da teoria e da prática, tanto no trabalho colaborativo quanto na SRM'S, junto a grupos de estudos com a pedagoga e/ou professores (PROFESSORA 1).

Santos (2007) nos auxilia pensar na necessidade de usarmos a produção humana de maneira contra hegemônica. Assim, o desafio é pensar a avaliação como um dispositivo que permite ao professor potencializar seus saberes-fazeres e construir alternativas para que os alunos venham se apropriar dos conhecimentos historicamente acumulados.

Por último, para o funcionamento das salas de recursos multifuncionais, as professoras destacam o envolvimento das famílias no processo. A família pode, e muito, firmar parcerias com a escola, visando à constituição de redes de apoio aos alunos. Sobrinho (2010) argumenta que quando as parcerias se efetivam, as famílias passam a compreender que os professores precisavam ser ajudados na tarefa de garantir uma escolarização mais qualificada ao aluno.

Na nossa concepção, nas interdependências estabelecidas entre essas mães e os profissionais do ensino, emergem tensões capazes de favorecer, não somente às [famílias], mas também aos profissionais do ensino, a construção de crenças mais positivas quanto à educabilidade do aluno com deficiência (SOBRINHO, 2010, p.191)

No entanto, algumas professoras evidenciam que em alguns casos é solicitada a parceria entre a família e a escola, recebendo pouco retorno. Outras sinalizam que a família participa ativamente do processo quando solicitada, sendo muitos desafios minimizados graças a essa relação.

A parceria com a família acontece na medida da evolução e das necessidades do aluno atendido e [...] do professor especialista. Por exemplo, com relação à medicação (horários, dosagens) ou quando existe uma demanda pela presença do responsável, quer seja afetiva, de responsabilidade intelectual ou social, etc. (PROFESSORA 1).

Manzini (2011, p.14) salienta que “[...] por meio do intercâmbio pais-professores é possível estabelecer metas e objetivos a serem trabalhados em relação aos comportamentos comunicativos que se referem ao ambiente escolar”. O envolvimento da família é importante, pois os pais são as pessoas que mais conhecem os comportamentos dos filhos.

Fazer com a família uma parceria: mostrar para a família a importância de todos na casa aprender LIBRAS; colocar adesivo nos objetos com o sinal e nome em português escrito; não criar grandes expectativas e nem subestimar as potencialidades do aluno (PROFESSORA 2).

Concluindo, podemos perceber que muitos professores buscam melhorar o processo de inclusão dos alunos no espaço-tempo da escola. Há movimentos. Eles não podem ser invisibilizados pelos desafios que também precisam ser problematizados. Os professores que participaram dos encontros do Oneesp buscaram aperfeiçoamento, formação, diálogo e compreensão. Esse foi o objetivo do estudo/formação... provocar os professores para constituírem novas tentativas e encaminhamentos.

Conclusões

Neste texto evidenciamos as ações apresentadas pelas professoras das SRMs no trabalho com os alunos indicados à Educação Especial do município de Serra/ES.

Observamos que algumas professoras buscam a superação de obstáculos, tentando efetivar o atendimento aos alunos nas SRMs, cada uma dentro das suas possibilidades. Em alguns casos, a elaboração de um plano de ação ou um caderno de comunicação se configura em estratégias para potencializar o processo. São ações que possibilitam o melhor desenvolvimento dos alunos, inclusive aqueles com indicados à Educação Especial.

Vemos que as ações nas SRMs estão acontecendo. Desta forma, perguntamos: que lugar é esse na escola? Os professores nos apontam pistas para pensarmos em possibilidades de assumi-las como espaços-tempos capazes de potencializar as aprendizagens dos alunos, desde que o trabalho em sala de aula seja efetivado e todos os profissionais da Educação se empenhem em garantir a escolarização dos alunos.

Nesse sentido, faz-se também necessário considerar as conjunturas políticas do município analisado. O fato de o aluno ser acompanhado por um professor no trabalho colaborativo e por outro docente nos momentos de AEE traz desafios para o processo. É preciso interligar essas ações. Os professores apontam movimentos na sala de aula comum e na SRMs, no entanto é preciso buscar pela articulação do currículo comum com as ações especializadas. Caso contrário, podemos resumir a escolarização do discente somente nas atividades do AEE.

São questões de ordem política e pedagógica. É justamente no cotidiano da escola onde podemos acertar, errar, olhar o outro e buscar soluções possíveis para as articulações emergirem. Entretanto, ficou muito evidente, neste estudo, que é possível (re)significar muitas práticas. É um trabalho de investimento, comprometimento e envolvimento.

Assim, é necessário colocar em movimento a tradução sugerida por Santos (2007) para continuar produzindo saberes, implementar novas-outras práticas pedagógicas, buscando inteligibilidade sem homogeneização, porque os professores, as redes de ensino e os alunos não são homogêneos. É interessante pensar nas alternativas que temos para traduzir as experiências e conhecimentos de todos os professores da escola para que os alunos tenham garantido o direito à Educação, fazendo interagir os movimentos da sala de aula com a de recursos multifuncionais.

Enfim, o desafio é continuar buscando a interligação entre o que é comum e o que é específico na aprendizagem discente, buscando entender quais são as distinções e semelhanças para criarmos inteligibilidade sem destruir a diversidade.

Referências

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

MANZINI, Eduardo José. **Possíveis variáveis para estudar as salas de recursos multifuncionais**. CD ROM do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. 2011. UFES/UFRGS/UFSCar. ISSN: 2175-3822.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Observatório Nacional de Educação Especial(Oneesp): estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns**. Projeto de pesquisa. Universidade Federal de São Carlos, 2010. Edital nº 38/2010/CAPE/INEP.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOBRINHO, Reginaldo Célio. **A escolarização do aluno que apresenta NEE: preocupações maternas**. In JESUS, Denise Meyrelles de; SÁ, Maria das Graças Carvalho de; et. al. (Orgs). Políticas, práticas pedagógicas e formação: dispositivos para a escolarização de alunos (as) com deficiência. Vitória, ES: ADUFES. 2010. p.167-196.